



O HIGIENISMO E A EUGENIA NOS LIVROS DE LEITURAS DA COLEÇÃO FONTES USADOS NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PRIMÁRIA DE SANTA CATARINA NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Nicholas Cardoso Gomes da Silva*

Resumo: No início do século XX, a sociedade brasileira passava por mudanças significativas nas diferentes áreas e contextos provocadas pelo novo momento político instaurado com a proclamação da república e pelo desenvolvimento urbano industrial. O objetivo principal, naquele momento, era a formação do cidadão brasileiro para atender as necessidades do processo de civilização e de industrialização para o qual o país estava tentando se estruturar. Nesse sentido, circulavam na sociedade ideias sobre a construção da República civilizada e da educação ser a responsável por esta formação. Os Livros de Leitura da Coleção Fontes, entre eles o 1º livro de leitura destinado às turmas do primeiro ano da escola primária ou classes de alfabetização, não fugiram deste intento. Escritos por Henrique da Silva Fontes foram distribuídos para todo o estado e estiveram presentes nas escolas em torno de três décadas. Considerando este contexto, o objetivo deste estudo é analisar as ideias Higienistas e Eugênicas que aparecem na Cartilha Popular e no Primeiro Livro de leitura da Coleção Fontes, escrito e editado para as crianças do 1º ano das escolas primárias de Santa Catarina em 1920. Este livro foi tomado como documento relevante para compreensão do Higienismo e Eugenia no início da escolarização em Santa Catarina, dado o tempo que permaneceram nas escolas. Os ideais pedagógicos suplantados por Fontes corriam no sentido de adequar a educação ao processo civilizatório em que vivia o país. O livro busca difundir lições de honestidade, lealdade e os princípios do “bom cidadão”. Contendo preceitos Eugênicos e Higienistas, com foco nos textos da Cartilha Popular e no 1º livro de leitura, pretende-se também formar sujeitos obedientes às novas Instituições instaladas com a República.

Palavras-chave: Alfabetização Catarinense. Coleção Fontes. Higienismo e Eugenia.

Abstract: In the early twentieth century, Brazilian society was undergoing significant changes in different areas and contexts, caused by the new political momentum established with the proclamation of the republic and the industrial urban development. The main objective at that time

*Universidade do Sul de Santa Catarina, UNISUL.
Mestrando em Educação pela UNISUL.
E-mail: nicholascardoso1@gmail.com



was the formation of Brazilian citizens to meet the needs of civilization and industrialization process to which the country was trying to be structured. In this sense, they were circulating in society ideas on the construction of civilized Republic and education to be responsible for this training. Reading books collection sources, including reading book 1 for the courses of the first year of primary school or literacy classes, did not flee this purpose. Written by Henrique da Silva Supplies were distributed to all state and were present in schools around three decades. Considering this context is the goal: to analyze how hygienists and eugenic ideas that appear in the Primer Popular and First Book Reading Sources Collection, written and edited for children of 1st year of primary schools of Santa Catarina in 1920. This book was taken as a relevant document for understanding the Hygienism and Eugenia at the start of school in Santa Catarina, given the time that remained in schools. The pedagogical ideals supplanted by Source ran in order to adapt education to the civilizing process in which he lived the country. The book is aimed to disseminate lessons of honesty, loyalty and the principles of "good citizen". Containing Eugenics and hygienists precepts, which had focused on the Popular Primer texts and 1st reading book form obedient subject to the new facilities installed with the Republic.

Keywords: *Alphabetization Catarinense. Fontes collection. Hygienism and Eugenia.*



1. Introdução

Este artigo faz parte de pesquisas em andamento do mestrado em educação da Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL. Nesse trabalho, tem-se por objetivo discutir o Higienismo e a Eugenia na Educação Primária do Estado de Santa Catarina na primeira metade do século XX. Como fonte de pesquisa, têm-se os quatro Livros de Leituras e a Cartilha Popular da Série Fontes, escrita e editada para as Escolas Públicas Primárias de Santa Catarina entre os anos de 1920-1950. Série, esta, organizada por Henrique da Silva Fontes, Diretor da Instrução Pública Catarinense (1919-1926), e que contém textos de poesias, parábolas, narrações, ditados, entre outros escritos por Fontes e por diversos autores.

Em suma, os textos discorriam sobre o contexto histórico presente no Brasil, ou melhor, objetivava expressar os ideais do período, o que se almejava para a sociedade brasileira. Isto porque, segundo Oliveira e Teive (2014, p. 550), “as primeiras décadas do século XX são marcadas pela recente proclamação da República e por uma série de medidas de ordem política social e econômica, que visavam colocar o país em sintonia com as nações mais desenvolvidas”.

Neste período, circulavam na sociedade ideias sobre a construção da República civilizada, tendo a educação à incumbência de formar o cidadão brasileiro.

Acreditava-se que só seria possível construir uma nova nação por meio da educação escolar. Por conta disso, à escola primária foi dada a missão de formar o cidadão republicano moderno: civilizado, patriota, racional e higiênico, afastando a população dos maus hábitos, das crendices e superstições. (OLIVEIRA; TEIVE, 2014, p. 550).

Voltando para a Série Fontes, Schena (2014, p. 291) relata que:

Esta série de livros serviu, como um dos veículos da integração no projeto nacional de "moralização da pátria", onde os textos em sua maioria preconizavam o bom comportamento, que nesse momento significa difundir o papel do cidadão em sociedade apontando que este deveria cumprir os preceitos morais e patrióticos, discurso apregoado.

Esses livros tinham a intenção de apregoar na sociedade o modo científico de pensar e ver o mundo, além de formar cidadãos saudáveis e em condições para o novo modelo de trabalho. Sendo assim, os Livros de Leitura da Série Fontes, que estiveram presentes nas escolas por um longo período da história escolar deste Estado, constituem-se em documentos relevantes para compreensão do Higienismo e da Eugenia na educação primária do Estado de Santa Catarina.

2. Educação e contextos



No início do século XX, a sociedade brasileira passa por mudanças significativas nas diferentes áreas e contextos provocadas pelo novo momento político instaurado com a proclamação da república e pelo desenvolvimento urbano industrial.

Em pauta desde meados dos Oitocentos, o movimento higienista ganha importantes proporções ao longo das últimas décadas do século XIX e primeiro quartel do século XX. Diante do fim da escravidão (1888) e da formação de uma nova ordem político-social, a república (1889), urgia o propósito de transformar o Brasil em uma verdadeira nação orientada pelos ideais de civilização e progresso, de modo a equiparar-se com os países mais desenvolvidos aos moldes da Europa e Estados Unidos. (OLIVEIRA, 2014, p. 2).

Neste sentido, a autora (2014, p. 2) contribui afirmando que:

Neste contexto, higienizar, sanear as cidades e suas gentes, regenerar o país e transformar os habitantes em povo, torna-se imprescindível aos ideais promulgados pelos republicanos brasileiros. As novas descobertas no campo da microbiologia e a medicina experimental acenavam com a possibilidade de curar a nação através dos cuidados com a saúde de seu povo.

Ainda nesse assunto, Oliveira (2014, p. 3) diz que “as medidas de intervenção higienistas iam além da reordenação dos espaços públicos e privados. A higiene propunha-se transformar a nação por meio da regeneração do povo [...]”.

Além disso, podemos considerar alguns pontos que Oliveira (2014, p. 3), assim, destaca:

Ademais, as precárias condições higiênicas e a falta de asseio no qual vivia grande parte da população, unida ao clima tropical e à falta de educação das pessoas em preceitos básicos de saúde, seriam causas das mais diversas doenças. Entregue a toda sorte de moléstias e vícios o homem brasileiro precisaria ser recuperado, salvo de seu triste destino. Para tanto era preciso aliar iniciativas no âmbito da saúde pública e educação. Nesta conjuntura, discursos eugênicos, que eram debatidos no país na década de 1910 (notadamente eugenia “positiva” e “preventiva”) (STEPAN, 2004), são combinados com propostas higienistas em prol de um “novo” Brasil. Nesses anos o chamado movimento sanitário, que pretendia a criação de políticas nacionais de saúde e educação para a saúde, ganhou muitos adeptos.

Com esse processo, o modelo de educação praticado, até então, começa a ser questionado por grupos de intelectuais e educadores, com a alegação de não atender mais às necessidades deste novo tempo e a sociedade que vinha sendo instaurada. O modelo proposto passou ser conhecido como Escola Nova.

O ideário da Escola Nova veio para contrapor o que era considerado “tradicional”. Os seus defensores lutavam por diferenciar – se das práticas pedagógicas anteriores. No fim do século XIX, muitas das mudanças que



seriam afirmadas como originais pelo “escolanovismo” da década de 20, já eram levantadas e colocadas em prática. (LAGE, 2006).

Observamos, assim, que o ideal escolanovista foi adotado como forma de contestar o modelo escolar, antes incorporado às práticas de ensino das escolas, e de propor uma nova abordagem pedagógica que visava mais atenção ao aluno. Segundo Lage (2006), “o aluno assumia o centro dos processos de aquisição do conhecimento escolar. A aquisição da escrita tornou-se imprescindível dentro das capacidades fundamentais para o indivíduo”. Mas, isso tudo, visava à adequação do ensino às novas tendências dominantes no Brasil e, de modo geral, no mundo.

Com a implantação da República à construção de um projeto político e social detentor da incumbência de formar cidadãos capazes de sustentar o regime político nascente e conseqüentemente, conforme os republicanos, regenerar a nação. Dentro desse grande plano de governo, a educação escolar ganhará destaque, sendo a ela, em grande parte, atribuída tal função, a da formação do cidadão republicano. (AZEVEDO, 2008, p. 04).

O objetivo principal, corrente no Brasil, era a formação do cidadão brasileiro, para assim atender às necessidades evidentes no período, isto é, acatar ao processo de civilização e industrialização no qual o país estava tentando se estruturar.

A década de 20 caracterizava-se pelo declínio das oligarquias, com a crise do modelo agrário-comercial-exportador e o impulso à industrialização com o modelo nacional-desenvolvimentista. Assim, fortalece-se a classe burguesa. Seus pensamentos e ideologia passam a ser notados, pois a política vigente prejudicava boa parte do setor industrial em crescimento [...]. A queda da oligarquia e a ascensão da burguesia industrial, as revoluções, o Tenentismo, o Partido Comunista, a Semana de Arte Moderna, as linhas de pensamento filosófico dos escolanovistas e dos católicos, vão ser incorporados à educação e influenciarão toda a organização escolar neste período. (RIBEIRO, 1993, p. 19).

O sistema escolar brasileiro passa a ser modificado de acordo com o modelo nacional desenvolvimentista, buscando atender as suas reivindicações. Neste contexto:

Surge um movimento de cunho pedagógico, a Escola Nova. Veremos, pela primeira vez, educadores de profissão que denunciam o analfabetismo e outros problemas da educação. O escolanovismo vai buscar na Europa suas origens, onde já no século anterior uma sociedade industrializada se preocupava com a individualidade do aluno. No Brasil, os pioneiros da Escola Nova defendem o ensino leigo, universal, gratuito e obrigatório, a reorganização do sistema escolar sem o questionamento do capitalismo dependente, enfatizam a importância do Estado na educação e desta na reconstrução nacional. Como solução para os problemas do país, apelam para o humanismo científico-tecnológico, ou seja, convivência harmoniosa do homem com a máquina, criando-se condições para que os indivíduos convivam com a tecnologia e a ciência, fazendo-os entender que tudo isto está a serviço e disponibilidade do homem. (RIBEIRO, 1993, p. 19-20).



Neste momento, emerge o movimento de pensadores e educadores contestando o modelo de escola existente no Brasil – abordagem tradicional – e anunciando um novo modelo – escolanovista, Escola Nova – propondo, assim, as mudanças necessárias para adequar aos novos requisitos solicitados pelos republicanos.

A educação brasileira no início da República assumiu como propósito atender às necessidades requeridas pelo momento histórico. Dentre as ações, tem-se a necessidade de trocar o modelo escolar utilizado anteriormente por um modelo que melhor atendesse os objetivos dos pensadores, intelectuais, governadores e dominantes do período.

Mizukami (1986, p. 12), “[...] atribui à educação o papel de ajustamento social, caberia à escola oferecer às gerações submetidas ao processo os elementos dominantes num determinado momento sociocultural, de forma que fosse garantida a continuidade das ideias, sem rupturas e sem crises”. Desse modo, evidenciamos que foi imposta à educação a função de controle da sociedade, na qual, por meio das instituições de ensino, são transmitidos os conhecimentos requeridos pelos dominantes.

O movimento escolanovista já era resultado de uma caminhada iniciada na Revolução Industrial quando a burguesia começou a requerer das escolas métodos de ensino mais realistas capazes de se adequar às realidades encontradas nas sociedades em constantes transformações decorrentes da industrialização e urbanização. Assim, no final do século XIX e início do século XX se estrutura e se configura o movimento escolanovista, tendo “os pedagogos Feltre, Basedow e Pestalozzi de certo modo precursores da Escola Nova, por preconizarem métodos ativos de educação, tendo em vista, a formação global do aluno” (ARANHA, 2006, p. 246). Mais adiante, a mesma autora (2006, p. 247) destaca como características desta teoria educacional:

Educação integral (intelectual, moral, física); educação ativa; educação prática, como obrigatoriedade de trabalhos manuais; exercício de autonomia; vida no campo; internato; co-educação; ensino individualizado.

Esse projeto exige métodos ativos, com mais ênfase nos processos do conhecimento do que propriamente no produto. Para tanto as atividades são centralizadas nos alunos, e a criação de laboratórios, oficinas, hortas ou até imprensa, conforme a linha a ser seguida, deve ter em vista a estimulação da iniciativa.

Tentando superar o viés intelectualista da escola tradicional, são valorizados os jogos, os exercícios físicos, as práticas de desenvolvimento da motricidade e da percepção, a fim de aperfeiçoar as mais diversas habilidades. Também se voltam para a compreensão da natureza psicológica da criança, o que orienta a busca de métodos para estimular o interesse sem cercear a espontaneidade.



A Escola Nova defendia uma educação mais ativa e eficaz, dando uma atenção específica para a constituição do cidadão numa sociedade mais democrática, assim como, o comprometimento para desenvolver a autonomia e a individualidade. Estas características somente seriam possíveis numa escola democrática e não autoritária que consentisse o aluno aprender por si mesmo, e aprender fazendo. Isto é, a educação não é desenvolvida no acúmulo de conhecimento, mas sim na aplicabilidade em ocasiões vivenciadas. Percebe-se que o processo de industrialização e civilização no mundo estava ditando ordens e levando pensadores a adaptarem-se aos preceitos pretendidos pelos meios de produção. O trabalho passa a ter conotação maior e assim, tendo ênfase, e buscando apropriar-se da educação como meio de instruir e garantir a mão-de-obra qualificada e a ordem social necessário para o desenvolvimento das sociedades.

Segundo os princípios de Dewey, a criança passa a ser o centro das “relações de aprendizagem, o respeito às normas higiênicas na disciplinarização do corpo do aluno e de seus gestos, a cientificidade da escolarização de saberes e fazeres sociais e a exaltação do ato de observar, de intuir, na construção do conhecimento do aluno” (VIDAL, 2003, p. 497). Portanto, tudo atrelado ao modelo de civilização e cultura propostos.

Assim no movimento escolanovista, transformar a escola em uma “instituição social, real e viva”, nos termos de Dewey, implicava uma organização interna que possibilitasse às crianças compreenderem o funcionamento da sociedade; ao mesmo tempo, era preciso ampliar o raio da ação educativa para que a escola pudesse realizar a obra de reconstrução social. Um dos meios para efetivação de tão elevadas finalidades seriam as instituições escolares [...] (SOUZA, 2009, p. 227).

Na esteira desse entendimento, carecemos conhecer não só o contexto vivido pela sociedade, assim como, a incumbência dada à Escola, mas as vertentes sociológicas, científicas e os conceitos adotados no período.

3. Eugenia e o Higienismo

Partindo desse entendimento, obtemos a contribuição e a utilização de duas ciências e/ou doutrinas, das quais o Higienismo e a Eugenia. Segundo as autoras Oliveira e Teive (2014, p. 552):

As discussões em torno da higienização cobriram um leque muito amplo de saberes e práticas, que ganharam impulso por meio de uma dispersão discursiva, assumindo nuances diferenciadas nos tempos e lugares onde ressoava. Diante da preocupação com a infância (nascimento, lactação, asseio corporal, banhos, vestuário), com a vida doméstica (limpeza, saúde e papel social da mulher, prevenção de doenças e vícios como álcool e jogo) e com o espaço público (ordem, urbanização, combate a propagação de moléstias e



epidemias), os discursos higienistas configuraram um conjunto do que se pode caracterizar como moderno e modernizador.

Para Gondra (2000, p. 107), nesse período algumas características e objetivos eram comuns nas sociedades:

Lado a lado com o argumento econômico (melhorar a sociedade) e do jurídico (a defesa da sociedade), [...] acopla a razão eugênica (aperfeiçoar a espécie), advertindo que depende do poder e vontade do homem “apurar as qualidades, corrigir ou eliminar os defeitos”, superando-se “no produto, servindo-se no jardim do matrimônio com a vontade firme de criar filhos e que estes sejam melhores do que os que o geraram”.

Podemos afirmar que a Eugenia é a ciência que aborda o aperfeiçoamento físico e moral das pessoas, cabendo desde educar até sanear. Este conceito fez parte da política de Estado no Brasil tendo o Higienismo ganhado mais evidência pelas questões consideradas de caráter urgente, relacionados ao processo de urbanização e saneamento dos grandes centros. Para Spencer (1983 apud OLIVEIRA; TEIVE, 2014, p. 554), “a legitimidade concedida a este ramo da ciência estava relacionada ao fato de que os conhecimentos acerca desta, concorreriam para a própria conservação do indivíduo, evitando doenças das mais diversas, mantendo a saúde e disposição para o trabalho”. Neste sentido, Gondra (2000, p. 116) contribui dizendo que:

[...] na intervenção continuada junto às crianças toda a responsabilidade pelo fruto grandioso que idealizava e prometia, cujo alcance dependia de uma infância devidamente higienizada, mesmo que tal estratégia produzisse, legitimasse e terminasse por naturalizar as desigualdades da “geração do amanhã”, o que, de sua parte, colaborava para manter viva a representação do eugenista francês.

Preocupados com a fusão das duas correntes, Alfonso-Goldfarb e Ferraz (2013, p. 12-13) destacam que:

[...] teríamos aí um quadro em que as ideias eugênicas pareciam fornecer a base para se alcançar o ideal de “ordem e progresso”. Ainda que, nas primeiras décadas do século XX, o que se denominou e considerou eugenia estivesse confundido com o sanitarismo. Este último, deu sustentação a uma série de medidas propugnadas em finais do século anterior, de forma a regenerar a nação, através dos cuidados com a saúde e educação. Tratava-se de curar um país doente, erradicando doenças e endemias, de forma a trazer civilidade e higiene.

Na época, levantaram-se bandeiras de todas as áreas e partes com o mesmo objetivo, instruir, educar, higienizar e melhorar o conceito de brasileiro (tanto o cidadão quanto geneticamente). Todos fazendo uso da educação para semear e colher os frutos da nova nação, limpa, forte e com padrão de qualidade.

Os ideais pedagógicos de Henrique Fontes discorriam nesse sentido, adequando-se ao processo que vivia o país. De acordo com Oliveira e Teive (2014, p. 553):

Também em Santa Catarina o projeto higienista figurou como um dos elementos que engendraram a modernidade no Estado. Segundo Teive (2008) na época da Reforma Orestes Guimarães, Santa Catarina e a sua capital - Florianópolis - ostentavam fortes características dos tempos coloniais, embora desejassem superar o atraso avançando para os padrões modernos de urbanização. E foi com tal intuito que as elites dirigentes catarinenses iniciaram, nos primeiros anos do século XX, uma verdadeira cruzada saneadora e remodeladora em Florianópolis, que ficou popularmente conhecida como a “época do bota abaixo” (TEIVE, 2008, p. 90). A cidade passava por remodelações, com o objetivo de se ajustar ao modelo burguês de sociedade, sendo, este processo, respaldado por médicos e higienistas.

Assim, vimos na capital do Estado de Santa Catarina algumas modificações, que de certa forma, adaptariam a cidade, visando aproximação com as demais metrópoles mundiais. De acordo com Oliveira (2014, p. 4):

Em Santa Catarina ressoou também o movimento sanitarista, prometendo alavancar o progresso do Estado, higienizar seus espaços e curar a população de doenças e vícios. Nas primeiras décadas do século XX Santa Catarina e a sua capital, Florianópolis, ostentava ainda fortes características dos tempos coloniais embora desejasse superar aquilo que era considerado atraso e avançar para os padrões modernos de urbanização e civilidade. Era preciso higienizar, sanear.

Assim a capital Catarinense atravessava profundas mudanças, cuja intenção era se aproximar do modelo de metrópole desenvolvida e industrial, adaptando-se socialmente e culturalmente ao modelo burguês. Nessa longa caminhada observamos relatos sobre a época, como o de Teive (2008, p. 90):

Desse modo, foi em nome dos novos conhecimentos na área de higiene e da saúde pública, que a capital catarinense passou a ser o cenário de uma série de remodelações e reformas urbanas e de novas formas de controle, de disciplinarização e de segregação social, as quais começaram a ser iniciadas com a retirada em massa, da população pobre que vivia em antigos bairros da região central da cidade [...], cujos hábitos de higiene e de conduta passaram a ser considerados atrasados e inconvenientes para a parcela da população que começava a enriquecer e civilizar-se, aburguesar-se, constituindo, portanto uma séria ameaça à modernidade pretendida.

Porém, para Oliveira e Teive (2014, p. 553), “[...] além das cidades era preciso higienizar corpos e mentes. Era preciso educar a população para conformação de uma nova ordem social, de modo a prevenir moléstias e afastar a população dos maus hábitos e credences populares”. Assim a Escola foi considerada, neste contexto, instituição capaz de tal realizar as solicitações requeridas.

4. Análise da Coleção Fontes

Neste momento, abordamos a Série Fontes na óptica dos conceitos de eugênicos e higienistas relatados anteriormente. Para isso, evidenciamos que “a educação foi pensada como capaz de proporcionar o desenvolvimento da cidadania e, portanto, o engrandecimento da pátria (nação), isto é, proporcionar a harmonia necessária ao bem estar social” (SCHENA, 2014, p. 290). Essa ideia é facilmente percebida em uma frase de Fontes (1921, p. 03), ao afirmar que “o menino estudioso, obediente, leal e cuidadoso de suas obrigações será depois um cidadão excelente”. Indo mais a fundo, Oliveira e Teive (2014, p. 556) contribuem afirmando que:

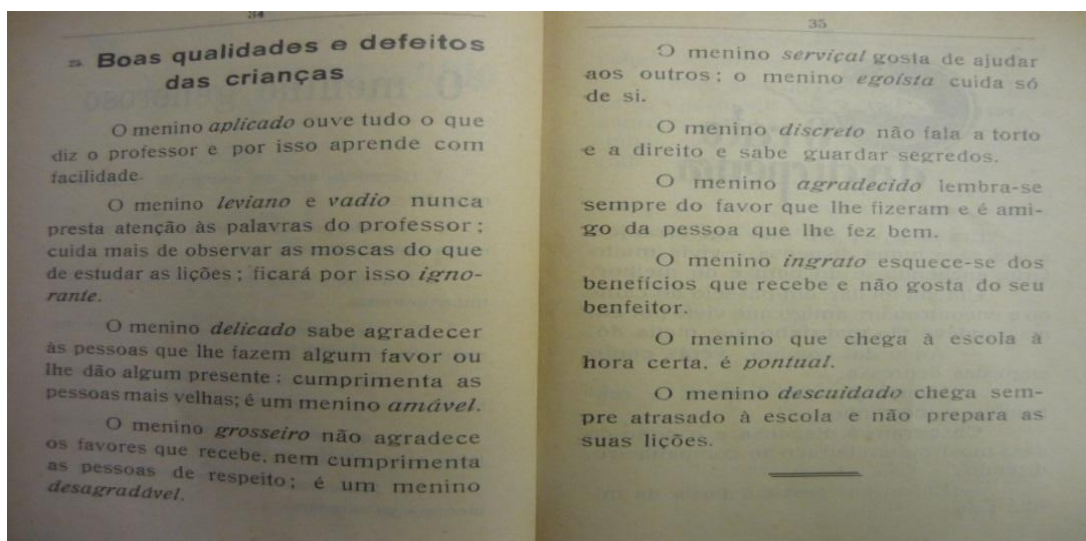
O modo como a Higiene deveria ser ensinada nos grupos escolares catarinenses, bem como a exposição de seus conteúdos, tanto pelo programa de ensino dos grupos escolares quanto no que se refere aos livros de leitura, encontram consonância com os discursos médicos-higienistas que propagavam a necessidade de se escolarizar os saberes higiênicos.

Quanto a isso, Stephanou (2009, p. 02) destaca que entre os médicos “[...] havia uma nítida preocupação com o caráter educativo e em não tolher a espontaneidade própria da criança”, pois “poderia despertar revolta, inconformidade e por isso, a prática de ações contrárias. Desejava-se uma adesão, mais que compulsão”. Para Oliveira e Teive (2014, p. 556 e 558), “era preciso educar por meio da inculcação sutil de hábitos, respeitando a natureza infantil”, uma vez que, “acreditava-se que aliando saberes e práticas relacionadas a esta ciência, a escola educaria não apenas a criança, mas a sua família”.

A coleção, composta pela Cartilha Popular e quatro livros de leituras, proclamava a reorganização pedagógica no ensino primário catarinense. Com a adoção dos livros nas escolas públicas e particulares do Estado almejava-se divulgar em “suas lições princípios como: lealdade honradez, honestidade, princípios que formariam o bom cidadão, e ainda serviam de instrumento entre a escola e o aluno, para que juntos construíssem sua relação com a sociedade de forma harmoniosa” (SCHENA, 2014, p. 291). Podemos evidenciar essas ideias num dos textos do Primeiro Livro de Leituras da Coleção Fontes (1921, p. 35).



Figura 1 – Primeiro Livro da Série Fontes: Boas qualidades e defeitos das crianças (1921).



Fonte: Biblioteca Pública de Santa Catarina.

Na Figura 1, observamos o texto intitulado “Boas qualidades e defeitos das crianças” da Coleção Fontes os tipos de crianças, – os modelos que classificavam os meninos do período. Evidenciamos o quanto o contraste entre o dito “bom” e o “mau”, o “correto” e o “errado” segundo, os princípios do autor. Este é um dos muitos exemplos que confirmam a presença do Higienismo e a Eugenia na Série Fontes, chegando a representar em torno de quase oitenta por cento da Coleção de Livros de Leitura de Henrique Fontes.

Ainda na Figura 1, encontramos o modelo de menino aplicado, sendo este, o que “ouve tudo o que diz o professor e por isso aprende com facilidade”. Também, observamos a presença do menino leviano e vadio que nunca presta atenção na aula e torna-se ignorante, hoje – sem cometer anacronismos – essa ideia está em desuso. E, ao voltarmos à ocasião, evidenciamos que: muitos dos pensadores e educadores começaram um processo revolucionário de mudanças na atuação dos professores e alunos no método de ensino e aprendizagem, visando mais atenção ao aluno, bem como sua participação.

Como já demonstramos, o foco da coleção estava em formar sujeitos obedientes às novas Instituições instaladas com a República, dentre elas a Constituição e suas leis. Deste modo, observamos em alguns textos o ideal de cidadão obediente às leis, instituições, bem como, as outras pessoas. Porém, carecemos destacar que sempre há em textos a presença de dignidade e honradez, como exemplo: “[...] Antes pobre, mas honrado, do que rico, mas ladrão” (FONTES, 1921, p. 05). Isto remete, também, à obediência às leis e ao que é de pertence do outro indivíduo.

Quanto à obediência, encontramos algumas frases na Cartilha Popular (FONTES, 1921) que ditam sobre o termo, entre elas: “Primeira prova de amor é a obediência” e “Os meninos desobedientes são castigados”. Tudo contribuindo para que os mesmo alunos incorporassem o que se estava “precisando” no país.

5. Considerações Finais

Como se trata de uma pesquisa em andamento, as análises até aqui realizadas dão conta da existência do Higienismo e da Eugenia em quase oitenta por cento dos cinco livros que compõem a Coleção Fontes, lembrando que carecem de maior e melhor discussão na relação com o contexto do período. Contudo, nesse artigo, propomo-nos a discutir o Higienismo e a Eugenia na educação primária do Estado de Santa Catarina na primeira metade do século XX. Tendo esse objetivo alcançado, voltamos a considerar, no entanto, que os livros tiveram ampla circulação no Estado de Santa Catarina, sendo usados por várias gerações como base para as leituras diárias na escola.

Contendo preceitos Eugênicos e Higienistas, a coleção buscava formar sujeitos obedientes às novas Instituições instaladas com a República e acatar as decisões da nova elite dominante. Porém, devemos destacar que essa obediência não se restringia apenas ao sentido comentado acima, mas também no que diz respeito aos aceite das regras do novo modelo econômico do país. Indo adiante, reitera-se:

a importância da Higiene na formação do cidadão brasileiro e catarinense em particular, apostando na sua importância para a produção de sujeitos sãos e aptos para o trabalho, adaptando conteúdos, métodos e práticas escolares aos postulados da pedagogia da Escola Nova e ao seu propósito de reforma social via escola (OLIVEIRA; TEIVE, 2014, p. 567).

Em síntese, os textos falavam sobre o contexto histórico do país na época, ou melhor, eles objetivavam divulgar os imaginários do período, o que se almejava para a sociedade brasileira. Neste período, circulavam na sociedade ideias sobre a construção da República civilizada, tendo à educação a obrigação de aperfeiçoar o cidadão brasileiro.

Com a intenção de promulgar no Brasil o modo científico de pensar e ver o mundo, além de formar cidadãos saudáveis e adequados ao novo modelo de trabalho, os Livros de Leitura da Série Fontes, presentes por um longo período na história escolar catarinense, constituem-se em documentos relevantes para a compreensão do Higienismo e da Eugenia na educação primária do Estado de Santa Catarina.



Referências

- ALFONSO–GODFARB, A. M.; FERRAZ, M. H. M. Prefácio. In: MOTA, A; MARINHO, M. G. S. M. G (Orgs.). **Eugenia e história**. São Paulo: FMUSP; Universidade Federal do ABC; Casa de Soluções e Editora, 2013, p. 11–14.
- ARANHA, M. L. de A. **História da Educação e da Pedagogia: geral e do Brasil**. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2006.
- AZEVEDO, C. B. Higienismo em Sergipe nas primeiras décadas da República. In: **V Congresso Brasileiro de História da Educação**, 2008, Aracaju. Anais do V Congresso Brasileiro de História da Educação, 2008. v. 1. p. 1-14.
- FONTES, H. da S. **Cartilha Popular**. Florianópolis: Cysne, 1921.
- _____. **Primeiro Livro de Leitura**. Florianópolis: Cysne, 1921.
- GONDRA, J. G. **A sementeira do porvir: higiene e infância no século XIX**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.26, n.1, p.99-117, jan./jun. 2000
- LAGE, A. C. P., **Pedagogia Escolanovista**. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_pedagogia_escolanovista.htm>. Acesso em: 20 ago. 2014.
- MIZUKAMI, M. da G. N. **Ensino: abordagens do processo**. São Paulo: EPU, 1986.
- OLIVEIRA, J. V. T. de. Regulamentando a higiene nos grupos escolares: traçando reflexões e discutindo possibilidade de análise (Santa Catarina, 1911-1918). In: **X Anped Sul**, 2014, Florianópolis. Anais do X Anped Sul, 2014. v. 1. p. 1-17.
- _____; TEIVE, G. M. G. Higienizando corpos, mentes e hábitos: análise comparativa da disciplina “higiene” nos grupos escolares catarinenses nas reformas “Orestes Guimarães” (1911-1935) e “Elpídio Barbosa” (1946-1969). **Atos de Pesquisa em Educação**. Blumenau, v. 9, n. 2, p. 548-570, mai./ago. 2014. Disponível em: <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/3946>>. Acesso em 10 mar. 2015.
- RIBEIRO, P. R. M. História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v 1, n.4, p. 15-30. fev./jul. 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X1993000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 ago. 2014.
- SCHENA, V. A. **livros de leitura da série fontes ideias pedagógicas modernas no ensino primário de Santa Catarina**. In: **XIV Encontro Regional de História**, 2014. p. 282-294.
- SOUZA, R. F. de. **Alicerces da pátria: história da escola primária no Estado de São Paulo (1890-1976)**. Campinas: Mercado de Letras, 2009.
- SPENCER, H. **Ensayos sobre Pedagogía**. Madrid: Akal Editor, 1983.
- STEPHANOU, M. **Saúde pela Educação: escolarização e didatização de saberes médicos na primeira metade do século XX**. In: **I Congresso Brasileiro de História da Educação**, 2000, Rio de Janeiro. Anais do I Congresso Brasileiro de História da Educação, 2000. v. 1. p. 1-11.



TEIVE, G. M. G. **“Uma vez normalista, sempre normalista”**: cultura escolar e produção de um *habitus* pedagógico (Escola Normal Catarinense – 1911/1935). Florianópolis: Insular, 2008.

VIDAL, D. G. **Escola Nova e processo educativo**. In: LOPES, Eliane Marta, FIGUEIREDO, Luciano e GREIVAS, Cynthia (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

Recebido em: 30/06/15. Aprovado em: 09/09/15.



REVISTA
MEMORARE



www.portaldeperiodicos.unisul.br

ISSN 2358-0593